

# **PN aprova proposta-lei OJE 2024 iha finál globál ho votu a-favór 41**



*Membru Parlamentu Nasional halo votasaun iha ámbito diskusaun Proposta-Lei OJE 2024, iha sala Plenária, Parlamentu Nasional. Imagen Tatoli/Egas Cristovão*

**DILI, 20 dezembru 2023 (TATOLI)**—Parlamentu Nasional (PN) liuhosi reuniaun plenária, kuarta ne'e, aprova proposta-lei número 4/VI(1a) Orsamentu Jerál Estadu (OJE) 2024 ho montante biliaun \$1,95 iha finál globál ho votu a-favór 41, kontra 23 no abstensaun laiha, enkuantu Deputadu hosi bankada FRETILIN ho PLP vota kontra.

“Proposta OJE 2024 iha finál globál pasa,” Prezidente Parlamentu Nasional, Maria Fernanda Lay, fó sai iha sala plenária, PN.

Ho aprovasaun ne'e, Komisaun C ne'ebé trata asuntu Finansa Pública sei halo redasaun finál hafoin meza envia ba Prezidente Républika ne'ebé iha kompeténsia eskluziva atu promulga ka veta.

Proposta-Lei OJE 2024 ne'ebé Governu apresenta ho montante konsolidadu biliaun \$1,95 ba Administrasaun Sentrál, Rejiaun Administrativa Espesiál Oé-cusse Ambeno (RAEOA) no Seguransa Sosiál sein Fundu Rezerva Seguransa Sosiál.

Montante ne'e fahe ba kategoria saláriu no vensimentu saláriu no vensimentu, bens no servisu millaun \$386,3, transferénsia pública millaun \$589,7, kapitál menór millaun \$34,2 no kapitál dezenvolvimentu millaun \$411.

Orsamentu Seguransa Sosiál inklui Fundu Rezerva Seguransa Sosiál hetan alokasaun millaun \$347,6.

Prevee mós ba asuntu ekonómiku millaun \$788,2, protesaun sosiál millaun \$467,1, edukasaun millaun \$140,9, saúde millaun \$66,2 no abitasaun no infraestrutura koletiva millaun \$45,2.

# Parlamento timorense aprova Orçamento Geral do Estado para 2024

História de Isabel Marisa Serafim • 16 h

Díli, 20 dez 2023 (Lusa) – O parlamento de Timor-Leste aprovou hoje, em votação final global, o Orçamento Geral do Estado para 2024, com um valor total de 1,78 mil milhões de euros, com 41 votos a favor e 23 contra.

A Frente de Libertação de Timor-Leste Independente (Frelilin) e o Partido de Libertação Popular (PLP), na oposição, votaram contra o OGE para 2024, que passou com os votos do Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste (CNRT, do primeiro-ministro Xanana Gusmão), do Partido Democrático (PD, do vice-primeiro Mariano Sabino) e do Kmanek Haburas Unidade Nasional Timor Oan (KHUNTO).

"Eu voto contra em nome da Frelilin, da bancada e dos 178 mil votos que recebemos", afirmou o secretário-geral do partido, Mari Alkatiri, que regressou hoje ao parlamento para ocupar o seu lugar de deputado.

Mari Alkatiri explicou também o voto contra com a promessa de "fazer oposição construtiva".

O Orçamento Geral do Estado (OGE) de Timor-Leste para 2024 visa, segundo o Governo, lançar as bases para reduzir a pobreza e promover o crescimento económico através de dois pilares, nomeadamente o investimento no setor produtivo e o capital social.

No OGE, o executivo timorense prioriza o investimento em infraestruturas públicas, capacidade de produção, emprego, educação, inclusão social e proteção ambiental.

Em termos setoriais, o OGE prevê 788,2 milhões de dólares (732 (361,8 milhões de euros) para a proteção ambiental, 467,1 milhões de dólares (433,8 milhões de euros) para proteção social, 140,9 milhões de dólares (130,8 milhões de euros) para educação, 66,2 milhões de dólares (61,4 milhões de euros) para saúde, 45,2 milhões de dólares (41,9 milhões de euros) para habitação e infraestruturas coletivas, 55,3 milhões de dólares (51,3 milhões de euros) para segurança e 34,9 milhões de dólares (32,4 milhões de euros) para a defesa.

O debate do OGE teve início em 12 de dezembro e segue agora para o Presidente timorense, José Ramos-Horta, para promulgação.

Para o Governo timorense, a aprovação do orçamento é um "passo fundamental na construção de um futuro próspero e sustentável", que reforça o compromisso do executivo em "impulsionar o crescimento económico, fortalecer as instituições governamentais e melhorar o bem-estar dos cidadãos".

MSE // VQ

## Timorese Parliament approves General State Budget for 2024

Dili, 20 Dec 2023 (Lusa) - The parliament of Timor-Leste approved today, in a final global vote, the General State Budget for 2024, with a total value of 1.78 billion euros, with 41 votes in favor and 23 against.

The opposition Front for the Liberation of Independent Timor-Leste (Frelilin) and the People's Liberation Party (PLP) voted against the State Budget for 2024, which passed with the votes of the National Congress for the Reconstruction of Timor-Leste (CNRT, of Prime Minister Xanana Gusmão), the Democratic Party (PD, of Deputy Prime Minister Mariano Sabino) and Kmanek Haburas Unidade Nasional Timor Oan (KHUNTO).

"I'm voting against on behalf of Frelilin, the caucus and the 178,000 votes we received," said the party's secretary-general, Mari Alkatiri, who returned to parliament today to take his seat.

Mari Alkatiri also explained his vote against with the promise of "constructive opposition".

According to the government, Timor-Leste's General State Budget (GSB) for 2024 aims to lay the foundations for reducing poverty and promoting economic growth through two pillars, namely investment in the productive sector and social capital.

In the GSB, the Timorese executive prioritizes investment in public infrastructure, production capacity, employment, education, social inclusion and environmental protection.

In sectoral terms, the State Budget provides for \$788.2 million for economic affairs, \$389.6 million for environmental protection, \$467.1 million for social protection, \$140.9 million for education, \$66.2 million for health, \$45.2 million for housing and collective infrastructure, \$55.3 million for security and \$34.9 million for defense.

The debate on the State Budget began on December 12 and now goes to the Timorese President, José Ramos-Horta, for promulgation.

For the Timorese government, the approval of the budget is a "fundamental step in building a prosperous and sustainable future", which reinforces the executive's commitment to "boosting economic growth, strengthening government institutions and improving the well-being of citizens".